



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

LINGUAGEM SEXISTA NA ESCOLA SEXISTA: COMO SUPERAR ESSE DESAFIO?

Andrezza Soares Espínola de Amorim; Alena Sousa de Melo

*dezza_jc@hotmail.com (Universidade Federal da Paraíba – UFPB); alena_sousa@yahoo.com.br
(Universidade Estadual da Paraíba – UEPB)*

RESUMO

A eleição da primeira presidenta do Brasil trouxe à tona vários debates sobre o sexismo na linguagem, pois a resistência por parte da população e da mídia em utilizar o termo “presidente”, em oposição à forma feminina, mais que uma preocupação linguística pode evidenciar um problema bem mais grave: o preconceito de gênero, que afeta principalmente as mulheres. O objetivo do presente estudo foi investigar - dentro de um recorte de educação básica pública - se a escola absorveu essa polêmica, bem como de que maneira as questões de gênero são abordadas dentro do universo escolar. Para embasar nossa análise e fundamentar a discussão sobre o conceito de linguagem sexista, foi traçado um breve histórico da evolução do “feminino” em nossa sociedade. A escola tem fundamental importância na formação de uma sociedade mais justa e igualitária, portanto, precisa estar atenta à forma como questões sociais complexas são abordadas em seu interior, de modo a evitar a perpetuação do sexismo, bem como de todas as formas de intolerância e preconceito.

Palavras-chave: Sexismo, linguagem, escola.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

1 INTRODUÇÃO

A eleição da candidata Dilma Houseff, primeira presidenta brasileira, em 2010, levantou uma série de questionamentos sobre o sexismo na linguagem e provocou reações exaltadas tanto nos que defendiam o uso do substantivo comum de dois gêneros (o/a presidente), quanto nos que defendiam a forma no feminino. Ela, a presidenta, corrigia os jornalistas e fazia questão de ostentar a forma feminina de seu *status*, enquanto diversos “críticos” buscavam insistentemente desqualificar esse intento e ridicularizá-la por isso.

Fato é que a forma presidenta é correta e está prevista na Lei nº 2.749, de 2 de abril de 1956, a qual dispõe sobre os nomes designativos das funções públicas, constando também em bons dicionários da língua e no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa - VOLP, publicado pela Academia Brasileira de Letras; não obstante a utilização comprovadamente acertada do vocábulo, não raramente encontramos construções como “a presidente eleita”, “a presidente do Brasil”, numa clara tentativa de resistir à forma feminina. Mas será que toda essa polêmica se restringe apenas a uma preocupação exagerada com o uso correto da língua? Citando CALDAS-COULTHARD (2008, p. 31),

quando nos comunicamos, manipulamos as variáveis sociolinguísticas a fim de demonstrar nossas identidades (...) O ato de se usar a língua envolve escolhas do que se falar (e até do que não se falar) e estas escolhas nunca são neutras, já que estão relacionadas às nossas identidades sociais e aos vários grupos culturais, étnicos, religiosos aos quais nos associamos, assim como ao nosso enquadramento nas ideologias específicas.

Nessa perspectiva, faz-se imperativo refletir sobre o uso da língua, questioná-lo e até combater as formas reducionistas e preconceituosas.

É inegável o quanto o papel social da mulher tem se alterado nas últimas décadas, contudo não se pode negar também que ainda há muito a se conquistar. Se hoje é comum vermos advogadas, médicas, peritas criminais, se temos uma mulher no cargo máximo da nação, nossa sociedade ainda conserva muito de sua estrutura patriarcal e em muitos casos as mulheres têm mais dificuldade de conseguir emprego e recebem salários consideravelmente menores do que os dos homens, mesmo desempenhando as mesmas funções.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Pode parecer absurdo, mas o evento acima exposto ilustra o quanto falar em gênero no Brasil é adentrar um território marcado por preconceitos, modismos e conflitos, sejam eles sociais, culturais, políticos ou mesmo religiosos. Em pleno século XXI as questões de gênero ainda são tratadas por muitos como tabus e sequer chegam a ser discutidas em grande parte das escolas.

Nesse contexto, a linguagem funciona como um Raio-X da sociedade, tornando visíveis conceitos, valores e posturas que estão enraizadas e muitas vezes passam despercebidos nas práticas sociais, mas que podem funcionar como entraves para o desenvolvimento profissional e até psicológico das meninas. Assim, não seria correto falarmos em “linguagem sexista”, mas em “uso sexista da linguagem”, uma vez que a língua é viva, mutável e reflete os pensamentos e valores da sociedade que a utiliza.

Por ser a instituição legitimamente encarregada de construir, socializar o conhecimento construído e estimular as competências linguísticas do alunado, a escola não pode fechar-se para as questões de gênero, ao contrário, deve assumir-se como espaço de reflexão e terreno propício para a desconstrução de preconceitos.

Com o objetivo de investigar como a questão dos gêneros é abordada na atualidade, selecionamos 7 escolas . Destas, 5 estão localizadas em duas cidades do interior (Jacaraú e Pedro Régis) e 2 na capital paraibana. Procuramos diagnosticar junto aos professores de Língua Portuguesa, se eles tinham conhecimento sobre o ocorrido e como trabalhavam a questão dos gêneros em suas aulas. Veremos os resultados no decorrer dessa pesquisa.

Para embasar nossas conclusões e fundamentar nossa análise, traçaremos um breve histórico da evolução do “feminino” em nossa sociedade e discutiremos sobre o conceito de linguagem sexista.

2 SEXISMO E A OPRESSÃO DE GÊNERO



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Embora as discussões sobre o sexismo sejam algo recente na sociedade, elas têm ganhado força por espelhar a construção das relações de gênero e ilustrar a lógica por trás da supressão do papel feminino ao longo da História e a opressão do gênero que hoje ocupa um importante lugar nos papéis político e social contemporâneos.

No passado, a definição do papel da mulher nas civilizações ocorreu de acordo com os interesses do grupo ao qual pertencia e das atividades desenvolvidas por um determinado povo. Nesse contexto, a religião e a divisão de tarefas tiveram influência determinante na construção gradual de uma sociedade patriarcal, como elucida Roiz (2011, p. 1013)

De acordo com a força da religião no interior da sociedade, tornavam-se maiores as variações sobre os papéis dos homens e das mulheres na sociedade. Um terceiro fator que tornaria peculiar o modelo das sociedades mediterrânicas seria sua relação com o racionalismo, que definia a função intelectual ao homem, enquanto as mulheres estariam ligadas aos traços sentimentais e afetivos.

Intensificar as discussões da temática “sexismo” é compreender a construção da sociedade, provocar uma desconstrução da cultura que diminui a figura do feminino, como cita Matos (2009 p.58)

Incitar o debate sobre o papel da mulher no tempo e espaço acadêmico e histórico, além de contribuir para a desconstrução de uma mentalidade que reforça as assimetrias / hierarquias sociais baseadas no sexo, atribuindo papéis e definindo o lugar na sociedade e por sua vez na história para homens e mulheres é o caminho de construção de uma contra-hegemonia no cerne das ciências sociais dominada pelo viés androcêntrico.

A sociedade moderna criou padrões de hegemonia que, uma vez impostos culturalmente como normativos, reforçam atitudes de preconceito consolidados a partir de estereótipos que fundam e legitimam as desigualdades desde a separação hierárquica do mercado de trabalho por critério de gêneros - divisão na qual as mulheres acabam sendo relacionadas à certos tipos de empregos com menores remunerações -, até a sua completa inferiorização nos ambientes domésticos que culmina em casos de violência contra a mulher.

A luta pela ruptura do estereótipo feminino pautado nos discursos criados e reforçados por uma sociedade patriarcal nasce de uma necessidade de fortalecimento da identidade da



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

mulher, de uma “emancipação deste sujeito antes definido como ‘sexo frágil’”, (RAGO, 1998, p. 7) e da busca por políticas públicas que reduzam os efeitos da opressão do gênero feminino. E, ainda segundo a autora, “é a partir de uma luta política que nasce uma **linguagem feminista**” (grifo da autora). Linguagem esta que rompe com o modelo de hierarquia e desestabiliza o domínio patriarcal das relações de gênero buscando uma lógica própria e emancipadora.

3 USO SEXISTA DA LINGUAGEM: O QUE É E COMO COMBATER?

Ao falarmos sobre gênero, abrimos espaço para diversas discussões, dentre as quais se inclui a linguagem sexista. Mas, afinal, o que é linguagem sexista? Recebem esta nomenclatura mensagens estereotipadas e discriminatórias de ambos os gêneros com base em convenções pré-estabelecidas pela cultura e que transmitem e reforçam as relações assimétricas entre os sexos. A linguagem sexista é, de acordo com Viezzer (2004, p. 2) “pautada pela educação sexista recebida na família, na escola, nas igrejas, no ambiente de trabalho e de lazer ou através dos meios de comunicação”.

Como a linguagem é reflexo da sociedade, o uso sexista dela é resultado de uma estrutura social carregada de (pré)conceitos profundamente enraizados. Sabe-se que no passado a mulher era reconhecida pelo nome do marido: a *Sr.^a Santos*, e ainda atualmente continuam sendo “a esposa” de alguém: *Sr. Paulo Santos* e *esposa*. Até as formas de tratamento dadas às mulheres são um tipo de sinalização que informa aos homens se elas estão ou não disponíveis (menina, moça, senhorita, senhora). No centro de sociedades patriarcais como a nossa perduram valores preconceituosos que as separam, rotulam e excluem; por exemplo: “a política é assunto para homens”, “das crianças e da casa trata ela”, “quem paga é quem manda”, “as mulheres são o sexo frágil”. Da mesma forma, os homens também são penalizados pelo uso de expressões sexistas, tais como: “os homens não choram,



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

são fortes e viris”, “cozinha não é lugar para homens”, “homem que ganha menos do que a mulher vale pouca coisa”, “azul para os meninos, rosa para as meninas”,

Um mesmo vocábulo assume valores diferentes se posto no feminino. Por exemplo, chama-se um homem de *touro* quando se quer ressaltar sua força e/ou bravura, já quando se chama a mulher de *vaca*, a intenção é ofendê-la, desvalorizá-la, o mesmo ocorre com o termo *aventureiro* que no masculino designa homem que se arrisca, desbravador; já *aventureira* normalmente é uma mulher que não inspira confiança.

Apesar de os homens também sofrerem com esse tipo de construção linguística - pois, o uso geral do termo masculino nem sempre os favorece: “os *ladrões* arrombaram o cofre”, “os *pedófilos* deviam ir todos para a cadeia”, “os *viciados* em drogas estão se destruindo” -, as mulheres continuam sendo as maiores vítimas. Exemplo disso são os principais insultos, que ou começam ou terminam nelas; esses podem aparecer associados ao corpo, à sexualidade e ferem a dignidade das mulheres, por exemplo: “sua marafona”, “sua rameira”; podem ser dirigidos aos homens por meio das mulheres: “corno”; ou ainda podem ofendê-los por apresentarem traços femininos: “és um maricas”, “mulherzinha”.

Como é na escola que o alunado tem contato com a modalidade escrita e aproxima-se mais efetivamente dos eventos da fala, faz-se imperativo que o professor evite e esteja preparado para combater expressões que podem perpetuar preconceitos. É preciso ter cuidado com construções linguísticas que coloquem o homem ou o masculino como medida do humano, da norma, a referência. A linguagem que nós utilizamos reflete o nosso sentir e agir e afeta a percepção da realidade. A linguagem sexista legitima a desigualdade, o desrespeito, a discriminação, na medida em que retira importância, reduz à inexistência.

3.1 QUAIS AS ALTERNATIVAS?

A UNIFEM (Fundo das Nações Unidas para as Mulheres) elaborou e divulga pela internet desde 2006 o *Manual para o uso não sexista da linguagem: O que bem se diz... bem se entende*, documento que oferece alternativas para que não se discriminem os gêneros



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

através da linguagem. No quinto capítulo, nas páginas 31 e 32, encontramos as seguintes sugestões:

Não recomendado	Recomendado
Eles nunca colaboram	Esse grupo nunca colabora
Os meninos	As crianças ou a infância
Os eleitores	O eleitorado
Os homens	A humanidade
Os indígenas	A população indígena
O chefe	A chefia
Os coordenadores	A coordenação

Vale salientar, porém, que gramaticalmente, o gênero é necessário para fazermos a concordância e não para discriminar um ou outro. Muitas mulheres não se incluem em enunciados do tipo: “Os homens evoluem”, mas não se sentem excluídas quando se diz: “O povo protestou”. Assim como os homens não se sentem excluídos ao ouvir: “A multidão protestava” - ou ainda – “A tripulação desertou”.

Segundo Câmara Jr.,

(...) em referência ao gênero, do ponto de vista semântico, (...) o masculino é uma forma geral, não marcada, e o feminino indica uma especialização qualquer (jarra é uma espécie de "jarro", barca um tipo especial de "barco", como urso é a fêmea do animal chamado urso, e menina uma mulher em crescimento na idade dos seres humanos denominados como a de "menino") (1989, pág. 88-89).

Nas palavras de Squarisi (2003, p. 36) “A língua é machista? Nada mais injusto. A coitada nem marca o masculino. O ‘o’ de menino não caracteriza o sexo. É a vogal temática da palavra. Opõe-se ao a de menina. O ‘a’, sim, denuncia o feminino [...] em suma: a língua não está nem aí pro masculino. Só marca o feminino”.

Assim, percebemos que não é a língua quem discrimina, mas os seus usuários. Além de uma questão linguística, utilizar todos e/ou todas é uma escolha política. A escola deve promover o debate sobre esse tema, levando alunos e alunas a refletirem sobre o seu falar para



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

que possam e queiram desconstruir preconceitos de gênero, adotando modelos de relação entre homens e mulheres pautados em princípios de igualdade e justiça.

4 METODOLOGIA

Partindo do referencial teórico consultado e do pressuposto de que a escola é responsável, em grande parte, pelo combate aos preconceitos, decidimos fazer um levantamento de como os professores haviam incorporado a polêmica das formas “presidente/presidenta” às suas aulas, se as questões relacionadas aos diferentes gêneros eram abordadas pela escola, bem como de que forma se davam essas abordagens.

O presente estudo se inscreve numa abordagem qualitativa e quantitativa de pesquisa e a metodologia adotada no trabalho é de cunho exploratório. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dez professores, sendo oito professoras e dois professores, todos de língua portuguesa, para perceber se o uso sexista da linguagem é comum dentro do espaço escolar e se é praticado por aqueles que, teoricamente, teriam o dever de combatê-lo e apresentar alternativas, levando os alunos a, sempre que possível, refletirem sobre os usos da língua.

Dos dez professores que responderam ao questionário, oito são especialistas, uma possui apenas a graduação e uma é mestranda. Vale salientar que três professoras cursaram a Especialização em Fundamentos e Práticas da Educação, oferecida pela Universidade Estadual da Paraíba em parceria com o Governo do Estado, curso no qual se abordou a questão de gêneros e foram propostos métodos para discutir o assunto em sala de aula.

Optamos por não entrevistar os alunos nesse momento, pois preferimos analisar primeiro como as questões relacionadas aos gêneros são abordadas nas escolas visitadas para, em outro momento, investigar e perceber com mais clareza quais as implicações dessas abordagens no relacionamento dos alunos entre si e na visão deles sobre os papéis sociais de cada gênero.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

5 RESULTADOS

Todos os entrevistados afirmaram que a sociedade é sexista e que, infelizmente, a mulher ainda vê-se aprisionada a limitações simplesmente pelo fato de ser mulher, citaram vários exemplos desse sexismo, como os cuidados excessivos de muitas famílias para que os filhos homens não participem de brincadeiras femininas ou dos afazeres domésticos; a diferença entre a licença concedida à mãe e à concedida ao pai após o nascimento dos filhos e os velhos discursos machistas que pregam a submissão feminina e determinam que “homem não chora”. No entanto, nenhum deles demonstrou interesse em aprofundar a discussão com os alunos ou propor atividades que demonstrassem o contrário do senso comum. Seis professores ainda atribuíram características para o que seria o padrão do feminino e o padrão do masculino: “as meninas, embora conversem muito, são mais inteligentes e estudiosas; os meninos, por sua vez, são mais bagunceiros e desatentos”.

Todos afirmaram que é importante refletir sobre questões que envolvam os gêneros, tais quais: os direitos da mulher, machismo, feminismo, sexualidade, homossexualidade. Afirmaram também que acompanharam a polêmica envolvendo a palavra *presidenta*, erroneamente incluída na regra gramatical que diz que substantivos e adjetivos terminados em “ente” não apresentam variação de gênero. Segundo eles a polêmica foi devido à falta de conhecimento, visto que se trata de uma palavra que gera dúvidas mesmo naqueles que são da área de língua portuguesa. Apenas uma professora citou a lei 2.749, de 1956, que permite o uso oficial da forma feminina para designar cargos públicos ocupados por mulheres.

Quando questionados sobre como abordavam as questões relacionadas ao gênero nas suas aulas, quatro afirmaram que se aproveitavam dos textos didáticos para refletir sobre essas questões, limitando-se a fazê-lo quando os conteúdos possibilitavam; destacamos que esses professores ministram aulas para o Ensino Fundamental II. Dois professores afirmaram levar músicas para discutir temáticas variadas, uma professora citou como exemplo a música



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

“Eduardo e Mônica”, da banda Legião Urbana, na qual Mônica assume uma postura mais madura, segura e determinada, enquanto Eduardo aparece como ingênuo, imaturo e infantil, subvertendo os valores que predominavam na época e, como vemos, até hoje; esses professores ministram aulas para o Ensino Médio.

A única professora da primeira fase do fundamental, que ministra aulas para uma turma de quinto ano, relatou que a imaturidade das crianças não permite a abordagem desse tipo de questão. Uma professora afirmou que está pensando em realizar um Projeto para o Prêmio Mestres da Educação, oferecido pelo Governo do Estado da Paraíba para os professores que desenvolvem projetos de destaque. Uma professora da EJA (Médio) disse que já abordou o tema durante a realização de um projeto interdisciplinar realizado em sua escola, na capital paraibana, mas que o tema era delicado, gerou debates inflamados ao tocar em assuntos como violência doméstica e feminicídio e provocou desconforto em vários alunos. Uma professora afirmou que reforça a equidade entre os gêneros sempre que possível em literatura e produção textual, mas não explicou com que frequência e nem como o faz.

Sobre a existência de algum momento específico no qual houve a necessidade de se discutir questões relacionadas aos gêneros, os que responderam positivamente disseram que os alunos se recusaram a participar de uma dinâmica, apresentação, ou mesmo a abordar determinado conteúdo para seminário porque era “coisa de menina”, e eles tiveram que explicar a importância de superar o preconceito e encarar o desafio. Outros afirmaram que houve momentos, mas que não se lembravam exatamente, e apenas um disse que nunca passou por essa situação.

Todos os professores afirmaram que evitam utilizar a linguagem sexista em suas aulas, mas utilizaram para responder o questionário expressões como: “os alunos”, “todos”, “os meninos”, referindo-se aos discentes, não percebendo, talvez, que o maior problema não está na utilização dessas e de outras expressões que elegem o masculino como referencial da humanidade, mas no preconceito, na discriminação, na intolerância que a insistência em utilizar apenas esse tipo de vocabulário pode sinalizar.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

6 DISCUSSÃO

Apesar da disponibilidade dos professores para responder satisfatoriamente às perguntas do questionário, percebemos que houve uma preocupação aparente em dar respostas “politicamente corretas”, que nem sempre retratam o que se pensa de fato. É curioso a forma como o sexismo na sociedade é negligenciado nas primeiras fases de ensino e abordado tardiamente, no fim do ensino fundamental e mais profundamente no ensino médio.

É natural que nos primeiros anos de escolarização as crianças se agrupem por gêneros, o grupo das meninas e o grupo dos meninos, mas professores e professoras não devem valorizar a divisão ou rivalidade entre esses grupos, ao contrário, sempre que possível devem propor novas divisões que integrem alunos e alunas e superem o “temor da homossexualidade”. Mostrando que meninos e meninas podem brincar juntos e combatendo desde a infância posturas preconceituosas, a escola contribuirá para a formação de uma sociedade muito mais justa e igualitária.

Reconhecer e respeitar as diferenças nunca foi uma tarefa fácil para a sociedade brasileira, na qual é notória a hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã. Os preconceitos encontram-se tão profundamente enraizados que, por vezes, ganham peso de conceito e passam a vigorar como norma, estereotipando e excluindo os diferentes. Nesse contexto, a língua figura apenas como mais um mecanismo de reprodução dos preconceitos, mas não é o maior deles.

Gramaticalmente, o gênero classifica as palavras em masculinas ou femininas - não corresponde ao sexo, haja vista que não se pode aplicar esse conceito a todas as palavras, a exemplo de lápis e caneta -; todavia, socialmente e academicamente esse termo compreende os simbolismos e valores de cada época, estendendo-se à importância dos grupos humanos.

Como se vê nas falas dos professores, as discussões surgem de eventos concretos, de comportamentos, de juízos de valor que os alunos trazem de casa. Já não bastam as



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

atribuições de cuidar, vigiar, instruir, motivar, a escola deve educar os alunos e, em muitos casos, desconstruir os preconceitos alimentados pela família e pela sociedade na qual os jovens estão inseridos. De que adianta o professor saudar a turma com um caloroso “Bom dia, todos e todas”, privilegiar “estudantes” ao invés de “alunos” e na sequência emendar: “solta essa boneca, menino. Isso é coisa de menina”, “fica quieta, você já é uma mocinha e mocinhas têm que se comportar”, ou ainda “não faça isso porque ela é menina, ao invés de porque ela é sua amiga e não podemos machucar os outros”?

Nas palavras de Louro (1995, p.103):

Uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico (portanto não dado e acabado no momento do nascimento, mas sim construído através de práticas sociais masculinizantes e feminizantes, em consonância com as diversas concepções de cada sociedade); como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja etc. são “genereficadas”, ou seja, expressam as relações sociais de gênero). Em todas essas afirmações está presente, sem dúvida, a ideia de formação, socialização ou educação dos sujeitos.

Os professores que participaram de formações recentes, não necessariamente os mais jovens, conseguiram relacionar melhor as causas do sexismo, os exemplos e formas de discutir temáticas relacionadas à questão dos gêneros. Assim, notadamente, a melhor forma de se combater o sexismo - em todas as suas manifestações, o que inclui a linguagem - é investir no material humano que faz a escola, pois por mais moderna, construtivista e engajada que esta seja, jamais irá conseguir superar os desafios se não dispuser de bons profissionais.

7 CONCLUSÃO

Na nossa sociedade, é notória a hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã; tudo que foge à regra é tratado como diferente e tido como fora do normal. Mais que um problema de atitude, a questão de gênero e de todos os preconceitos que o envolvem



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

constituem-se dentro das nossas instituições, nas normas, nos discursos, nas práticas que circulam e dão sentido a nossa sociedade.

Desconstruir o que é tido como normal, o aceito socialmente, não é tarefa fácil, é preciso conhecimento, coragem e dedicação. Precisamos questionar o que ensinamos, o modo como ensinamos e que sentidos os alunos e as alunas dão ao que aprendem. Atentos aos discursos que reproduzimos ou omitimos dentro da escola, identificaremos o sexismo, racismo, o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui.

É preciso ter em mente que a escola não apenas transmite e produz conhecimentos, mas também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas e de gênero. Se acreditarmos que a prática escolar é uma prática política, submersa em relações de poder, se reconhecermos que essas relações se transformam e podem ser subvertidas, então podemos interferir na continuidade dessas desigualdades.

Reconhecemos que a tarefa é complexa, mas a escola deve se abrir e promover o diálogo franco sobre essas temáticas, pois ao mesmo tempo que o exercício das desigualdades fabrica sujeitos pode levar esses mesmos sujeitos a resistir, contestar, transformar o que nos é socialmente imposto.

Não se pode vender o que não se tem e, da mesma forma, não se pode ensinar o que não se sabe; logo, os profissionais da educação precisam atualizar constantemente os seus conhecimentos e apresentar características éticas e morais que os permitam superar as próprias convicções em prol de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDAS-COULTHARD, C. R. **Da Análise do Discurso à Análise do Discurso: introduzindo conceitos**. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; SCLIAR-CABRAL, Leonor (Org.). *Desvendando Discursos: conceitos básicos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

CÂMARA Jr, J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis, Vozes, 1989. 19 ed.

MATOS, V. C. S. Um estudo histórico sobre as relações de gênero e classe. **Revista Multidisciplinar da INIESP – Saber Acadêmico**- n. 7, p. 57 – 73, Jun. 2009. ISSN 1980 - 5950. Disponível em:

<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista7/pdf/6_um_estudo_historico.pdf>. Acesso em: 21 Abr. 2015.

RAGO, M. 'Epistemologia Feminista, Gênero e História'. In: PEDRO, Joana M e GROSSI, Miriam P. (org.), **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998. Disponível em:

<http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf>. Acesso em: 21 Abr. 2015

LOURO, G. L. **Gênero, história e educação: construção e desconstrução**. Educação e Realidade, v 20, n. 2, 1995.

SQUARISI, D. **Mais dicas da Dad: português com humor**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

VIEZZER, M. L. **Campanha por uma educação não discriminatória na América Latina: 21 de junho**. Disponível em: < <http://www.redemulher.org.br/encarte52.html> >. Acesso em: 04 ago. 2013.

UNESCO. **Linguagem Não-Sexista**. São Paulo: Ed.Texto Novo, 1996.

Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), Academia Brasileira de Letras, 5ª Edição, 2009.

ROIZ, D. S. **A história das relações de gênero, histórias em construção**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.19, n. 3, p. 1012-1013, Dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2011000300020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 abr. 2015.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

VIANNA POSSAS, L. M. **Revedo a história das cidades paulistas: A inserção feminina e a (re)leitura do cotidiano.** Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, [S.l.], v. 14, n. 17, p. pp. 57-73, abr. 2008. ISSN 2175-7976. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/1213>>. Acesso em: 21 Abr. 2015.